

Cebriad: Jatene apura denúncias

ISABEL DE PAULA

BRASÍLIA — O ministro da Saúde, Adib Jatene, vai abrir uma sindicância para apurar denúncia do GLOBO sobre irregularidades no convênio assinado pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebriad), instituto de pesquisa che-

fiado pelo próprio secretário de vigilância, o psicofarmacologista Elisaldo Carlini. O Cebriad foi beneficiado com a liberação de verbas públicas. A secretaria é um dos órgãos públicos mais poderosos da Esplanada dos Ministérios, por onde transitam os interesses de indústrias de alimentos, cosméticos, saneantes (produtos de limpeza), remédios e produtos hospitalares que, segundo técnicos da vigilância sanitária, mo-

vimentam quase 20% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou seja cerca de R\$ 130 bilhões por ano.

Após nove meses de Governo, a única entidade favorecida com recursos de convênios foi o Cebriad, Centro da Escola Paulista de Medicina criado por Carlini. No último dia 2 de junho, o Cebriad recebeu R\$ 198 milhões de um convênio para pesquisas sobre drogas psicotrópicas. O Cebriad é especializado em fa-

zer pesquisas tanto para o Governo quanto para laboratórios farmacêuticos.

O GLOBO apurou que o centro usou, em 1993, o equivalente a R\$ 3.500 das verbas de um convênio com o Ministério da Saúde para pagar consultorias a quatro funcionários da Secretaria de Vigilância Sanitária, que viajavam de Brasília a São Paulo para assessorar o Cebriad, e o próprio Carlini. Na época, Car-

lini era secretário-executivo da Comissão de Revisão e Assessoramento sobre Medicamentos (Crame), entidade não institucional que auxilia o ministério. Conforme a prestação de contas do convênio, encaminhada à secretaria em janeiro de 94, 12 cheques no valor de R\$ 2 mil foram pagos a Carlini, que não ocupava cargo na administração pública. Dos quatro servidores beneficiados, três são do quadro do Ministério da

Saúde.

O pagamento de consultoria a funcionários da secretaria fere o Regime Jurídico Único (RJU), que impede o servidor de receber dupla remuneração.

— Defendo que os funcionários da secretaria tenham direito a esses jetons. Na época eu tive que recorrer ao pessoal da Vigilância para obter informações o sobre registro de medicamentos — justificou Carlini.